

A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA DE 1882: A SALA LUND E A EXIBIÇÃO DE REMANESCENTES HUMANOS NO MUSEU NACIONAL

*Michele de Barcelos Agostinho
 Museu Nacional/UFRJ*

Resumo: Em 1882, o Museu Nacional do Rio de Janeiro inaugurou a Exposição Antropológica Brasileira, primeira e única da história do Brasil, realizada num tempo em que exposições eram importantes espetáculos, misto de ciência e entretenimento, e onde, aos olhos do público visitante, exibiam-se as conquistas do mundo moderno e civilizado. Durante três meses a Exposição Antropológica esteve aberta ao público. Relatos nos jornais indicam uma presença massiva da população da Corte no Museu. Ali foram exibidos cerca de oitocentos objetos etnográficos, arqueológicos e antropológicos adquiridos junto aos indígenas e distribuídos em oito salas, das vinte que possuía o Museu Nacional na época. Este trabalho analisa especialmente as práticas de colecionamento dos remanescentes humanos expostos na Sala Lund, dedicada à antropologia e onde havia crânios, calotas cranianas, esqueletos, bacias e frontais de indígenas do Brasil.

Palavras-chave: Museu Nacional. Exposição. Antropologia. Colecionismo. Remanescentes humanos.

L' EXPOSITION ANTHROPOLOGIQUE BRÉSILIENNE DE 1882: LA SALLE LUND ET L'EXHIBITION DE RESTES HU- MAINS AU MUSÉE NATIONAL.

Résumé: En 1882, le Musée National de Rio de Janeiro a inauguré l'Exposition Anthropologique Brésilienne, la première et unique de l'histoire brésilienne, à une époque où les expositions étaient des spectacles importants, mêlant science et divertissement, et où aux yeux des visiteurs, ont été exposées les réalisations du monde moderne et civilisé. Pendant trois mois, l'Exposition Anthropologique a été ouverte au public. Les reportages dans les journaux indiquent une présence massive de la population de la Cour dans le Musée. Environ huit cents objets ethnographiques, archéologiques et anthropologiques acquis des indigènes ont été exposés et répartis dans huit salles, sur les vingt qui appartenaient au Musée National de l'époque. Cet ouvrage examine en particulier les pratiques de collecte des restes humains exposés dans la Salle Lund, dédiée à l'anthropologie et où il y avait des crânes, des calottes, des squelettes, des bassins et des frontaux de indigènes du Brésil.

Mots-clés: Museu Nacional. L'exposition. Anthropologie. La collecte. Restes humains.

29 de julho de 1882. O Museu Nacional inaugurava a Exposição Antropológica Brasileira, primeira e única da história do Brasil, realizada num tempo em que exposições, fossem elas temáticas, nacionais ou internacionais, eram importantes espetáculos, misto de ciência e entretenimento, e onde, aos olhos do público visitante, exibiam-se as *conquistas* do mundo *moderno e civilizado*¹. A cerimônia de abertura foi animada pela banda musical do Asilo de Meninos Desvalidos² e contou com a presença da família imperial – que neste dia também comemorava o aniversário da princesa Isabel. O discurso de abertura foi pronunciado por Ladislau Netto e o evento, amplamente noticiado pela imprensa.

Durante três meses a Exposição Antropológica esteve aberta ao público. Neste período, documentos oficiais e relatos da imprensa indicaram uma presença massiva da população da Corte no Museu, interessada em observar as centenas de objetos indígenas em exposição e para ver, sobretudo, o grupo de índios botocudos trazido forçosamente da província do Espírito Santo para exibição de suas danças e cantos³. Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional e organizador do evento, mencionou, em ofício ao ministro da agricultura, a presença aproximada de cem mil visitantes⁴ e se mostrou bastante satisfeito com a repercussão do evento.

Ladislau de Souza Mello Netto assumiu a direção geral do Museu Nacional em 1875. Natural de Alagoas, nasceu em 18 de março de 1838 na cidade de Maceió. Filho de Maria da Conceição Melo Netto e do comerciante Francisco de Souza Netto, ele veio para o Rio de Janeiro ainda jovem, quando foi estudar na Academia Imperial das Bellas-Artes. Depois, partiu para Pernambuco como desenhista e cartógrafo da comissão astronômica e hidrográfica destinada a estudar o litoral daquele estado. Em 1862, participou da exploração do Vale de São Francisco, em Minas Gerais, acompanhando Emmanuel Liais⁵. Em consequência deste trabalho, publicou alguns estudos nos periódicos *Correio Mercantil*, *Comptes Rendus* da Academia de Ciências e nos *Annales des Sciences Naturelles*⁶.

Em 1864, Ladislau foi estudar ciências naturais nos Jardins de Plantes de Paris, financiado pelo imperador Pedro II⁷. Ali, como membro da Sociedade Botânica da França, foi encarregado pelo governo francês de estudar a flora da Argélia. Dois anos depois, ele retornou da Europa a pedido do imperador, que o nomeou diretor da Seção de Botânica do Museu Nacional e que, juntamente, nomeou Freire Allemão diretor geral do Museu, cargo que ocupou até 1875, quando então foi assumido por Ladislau Netto⁸.

Netto dirigiu por quase vinte anos o Museu Nacional, primeiro museu de história natural do Brasil. Fundado em 1818 por D. João VI, o Museu Real – depois Nacional – centralizava o estudo das ciências naturais no país reunindo coleções, estabelecendo contatos e trocas com instituições estrangeiras, intermediando relações com naturalistas e, principalmente, esquadrinhando o território e a população por meio dos estudos geológicos, botânicos, zoológicos, arqueológicos e etnográficos. Desde sua fundação, o Museu Nacional teve o colecionamento como

¹ Este trabalho integra a pesquisa de doutorado que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Boa parte da documentação sobre a qual nos debruçamos estava guardada na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) do Museu Nacional e foi destruída no incêndio de 02 de setembro de 2018. Para referenciar-las, cabe ressaltar, utilizamos a citação empregada antes do incêndio, a qual indica a localização da fonte na sua forma física. O formato digital ainda não está disponível para acesso.

² Ofício de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, a João Joaquim Pizarro, diretor do Asilo dos Meninos Desvalidos, em 13 de setembro de 1882. Livro RA 8. 1881-1885. BR.MN.RA.8. Fundado em 1875, o Asilo estava situado em Vila Isabel e funcionou até 1889. Em 1882, era dirigido pelo médico João Joaquim Pizarro, também diretor da 1ª Seção de Antropologia, Zoologia e Anatomia do Museu Nacional. O Asilo atendia meninos menores de 12 anos, pobres, órfãos ou não, e adotava concepções médicas, sobretudo higienistas, na sua formação. A presença de crianças negras era expressiva. Sobre o assunto, ver SOUZA, 2008; BRAGA, 2014; RIZZINI e GONDRA, 2014.

³ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

⁴ Ofício de 22 de novembro de 1882 remetido por Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, a André Augusto de Pádua Fleury, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Livro RA 8. 1881-1885. BR.MN.RA.8.

⁵ Emmanuel Liais foi um astrônomo francês do Observatório de Paris que veio para o Brasil em 1858, assumindo, posteriormente, a direção do Observatório Imperial no Rio de Janeiro.

⁶ O Novo Mundo. Periódico Ilustrado do Progresso da Idade, 1872, p. 2.

⁷ DUARTE, Abelardo. **Ladislau Netto (1838-1894)**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

⁸ Ladislau Netto foi membro de diversas sociedades e instituições científicas, entre as quais destacamos: a Sociedade Linneana de Paris, a Academia de Ciências de Lisboa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Sociedade Botânica da França.

⁹ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no Século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 46.

¹⁰ LOPES, Maria Margaret. **A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX**. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, 200, p. 58.

¹¹ GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. *Cadernos Mapa – Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

¹² *Ibid*, p. 15.

¹³ A etnografia surgiu em diversos museus do mundo ao longo do século XIX, primeiro abrigada nos museus de história natural, passando depois a compor o quadro dos museus antropológicos que então emergiam (STOCKING, 1985). No Brasil, em 1851 a etnografia já tinha no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um espaço específico de estudo na Comissão de Arqueologia e Etnografia criada naquele ano.

sua principal atividade. O processo de constituição de suas coleções era apoiado numa rede de gabinetes provinciais, fomentada particularmente pela ordem do monarca que obrigava os governadores das províncias a organizarem e remeterem coleções ao Museu da Corte que, por sua vez, deveria estabelecer diálogos e trocas com pesquisadores e museus de todo o mundo “como forma de enriquecimento mútuo dos museus e multiplicação dos conhecimentos”⁹.

O Museu Nacional, então, funcionava “como um órgão consultor governamental para os assuntos de geologia, mineração e recursos naturais”¹⁰, vinculado ao Ministério dos Negócios do Império. Em 1868, dois anos depois de Freire Allemão e Ladislau Netto assumirem a diretoria, o Museu deixou o Ministério dos Negócios do Império e passou a estar ligado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), que foi submetido a uma reforma naquele mesmo ano. A criação do MACOP ocorreu em 1860 a fim de atender as novas demandas político-administrativas surgidas na segunda metade do século XIX. A promulgação da Lei de Terras e da Lei Euzébio de Queiroz em 1850 exigiram um aparato administrativo eficaz na demarcação das terras, na fiscalização dos processos de compra e venda e no trato da questão da mão de obra no país. A criação de um novo ministério era reclamada desde a década de 1850, quando ministros se queixavam dos excessos de atribuições do Ministério dos Negócios do Império. O MACOP assumiu então diversas atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e também da Secretaria de Justiça e sua estrutura administrativa contemplava assuntos relativos à iluminação pública, à telegrafia, ao serviço de bombeiros, às atividades comerciais, industriais, agrícolas e mineadoras, à civilização dos índios, às obras públicas, ao transporte e à imigração¹¹.

As questões referentes à agricultura foram preocupações centrais do ministério, seja no que se refere ao escoamento da produção, à instrução dos agricultores, demarcação de terras ou à mão-de-obra mais adequada. Aliás, a partir de 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, o MACOP “passou a se ocupar formalmente dos assuntos relativos à escravidão”¹². É nesse contexto de necessidade de conhecimentos técnicos sobre temáticas da ordem do dia do Império que o Museu Nacional passou a estar vinculado ao MACOP, o qual apoiou integralmente o projeto de realização de uma exposição dedicada aos estudos antropológicos.

Em 1882, ano da Exposição Antropológica, o Museu Nacional mantinha seu caráter centralizador e metropolitano e desenvolvia atividades para além do colecionamento. A oferta de cursos públicos e a publicação do periódico especializado em ciências naturais, a revista *Arquivos do Museu Nacional*, estavam em andamento desde 1876, quando uma reforma modificou internamente a instituição. Com o novo regulamento estabelecido naquele ano, pela primeira vez a antropologia e a etnografia apareceram na estrutura administrativa do Museu¹³.

Mas, se ambas, etnografia e antropologia, aparecem administrativamente no Museu em 1876, no caso das coleções etnográficas, elas já vinham sendo formadas ali bem antes disso. Desde o início do século XIX, naturalistas estrangeiros que circularam em território nacional formaram coleções de artefatos indígenas para o

Museu Nacional. Esse é o caso, por exemplo, de Johann Natterer, integrante da Comissão Austríaca enviada ao Brasil em 1817 e que, ao longo da década de 1820, recolheu objetos de grupos indígenas do Mato Grosso e os remeteu ao Museu da Corte – e também ao Museu Brasileiro em Viena¹⁴.

Coleções oriundas de reinos da África e da Oceania igualmente vinham sendo formadas no início dos oitocentos. Em 1818, quando da fundação do Museu Nacional, um conjunto de objetos reais ofertados pelo rei Adandozam do Benim a D. João em 1810, compôs um dos primeiros acervos do Museu¹⁵.

Adandozam do Benim a D. João em 1810, compôs um dos primeiros acervos do Museu. Em 1823, o rei Kamehameha II das Ilhas Sandwich, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, presenteou o imperador Pedro I com um manto de plumas, que também foi direcionado para o Museu Nacional¹⁶. Em 1820, remanescentes de dois reis neozelandeses foram encaminhados para o Museu Nacional após negociação entre a imperatriz Leopoldina e o artista francês Jacques Arago¹⁷.

No Museu Nacional, em 1842, sob a direção do frei Custódio Alves Serrão, foi criada a 4^a Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas, que deveria agrupar as coleções das indústrias humanas existentes no Museu Nacional e para as quais, até então, não havia uma seção específica¹⁸. A 4^a Seção foi então renomeada pelo Regulamento de 1876, transformando-se em Seção Anexa, e compreendia a etnografia, a arqueologia e a numismática. A antropologia, nesse caso, foi inserida na 1^a Seção, ao lado da zoologia e da anatomia.

Na segunda metade do século XIX, muitos objetos destinados à 1^a Seção e à Seção Anexa foram adquiridos em ações de expansão e modernização do Império. As frentes de exploração deram um novo impulso às práticas de colecionamento, onde agentes a serviço da agenda modernizadora reuniram coisas para si e, depois, as encaminharam ao Museu Nacional. O relatório anual de 1874, por exemplo, indica a obtenção de “artefatos e curiosidades” indígenas na Comissão do Rio Madeira¹⁹. O próprio Ladislau Netto, valendo-se dos projetos de construção de ferrovias, recomendou que engenheiros e demais chefes de serviço de exploração colaborassem com o Museu Nacional na aquisição de objetos:

Já uma vez lembramos, e é ocasião de repetir, que, custeando o Estado um museu nacional, conviria organizar instruções para que os engenheiros encarregados da exploração e construção de ferrovias, e bem assim os chefes de outros serviços, procurem auxiliar a acumulação do cabedal científico daquele interessante estabelecimento. Ainda há pouco, numa escavação feita no Paraná, depa-rou-se uma jazida de ossos e de objetos da natureza dos de que tratamos e parece que nenhum valor se deu ao achado. (...) Agora que o nosso subsolo é em tanta parte revolvido para construção de ferrovias, seria ocasião de providenciar sobre este ponto²⁰.

Na Exposição Antropológica Brasileira de 1882 foram exibidos ao público cerca de oitocentos objetos indígenas adquiridos sob as mais diversas circunstâncias: construção de ferrovias, viagens científicas, expedições militares, demarcação de fronteira²¹. As coleções foram então exibidas numa estrutura expositiva que consistia em dioramas: construíram-se cenários onde se imaginava

¹⁴ SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Um naturalista e seus múltiplos: colecionismo, projeto austríaco na América e as viagens de Johann Natterer no Brasil (1817-1835)**. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2016.

¹⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. **Trocando Galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812**. Afro-Ásia, 49, 2014, p. 229-271.

¹⁶ VELOSO JR, Crenivaldo Regis. **Os Curiosos da Natureza: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

¹⁷ PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. Dois reis neozelandeses: notas sobre objetificação museal, remanescentes humanos e formação do Império (Brasil-Mares do Sul, século XIX). In: João Pacheco de Oliveira e Rita de Cassia Melo (orgs.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: EdUFPB, 2019.

¹⁸ As demais seções eram: 1^a Anatomia Comparada e Zoologia; 2^a Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3^a Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas.

¹⁹ Relatório do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1874. Disponível em <www.museu-nacional.ufrj.br/obrasraras>.

²⁰ Exposição Antropológica Brasileira. Jornal de Recife, 21 de janeiro de 1882 apud CONSIDERA, 2015, p. 117.

²¹ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

reproduzir o modo de vida selvagem. Esculturas feitas em papel machê modeladas sobre corpos indígenas apareciam junto aos objetos, demonstrando para o observador o uso das coisas feitas pelas populações indígenas. Este recurso expositivo criava um efeito de realidade e verossimilhança, bastante diferente da experiência visual advinda das habituais vitrines e armários usados no Museu.

Figura 1
Sala Rodrigues Ferreira



Marc Ferrez, 1843-1923
Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882
Biblioteca Nacional

Figura 2
Sala Rodrigues Ferreira



Marc Ferrez, 1843-1923
Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882
Biblioteca Nacional

Os objetos expostos foram distribuídos em oito salas, das vinte que possuía o Museu Nacional na época. Três foram destinadas à etnografia e receberam os nomes de Sala Vaz de Caminha, Sala Rodrigues Ferreira e Sala Anchieta. Para lá foram encaminhados arcos, flechas, lanças, remos, zarabatanas, tambores, tacapes, ubás, maracás, além de pinturas, livros, fotografias e moldes de corpos indígenas. Duas salas receberam objetos da arqueologia, nomeadamente a Sala Lery e Sala Hartt, onde havia vasos, urnas funerárias, panelas e seus respectivos fragmentos, quando fosse o caso. Havia ainda outras duas salas, a Martius e a Gabriel Soares, onde estavam objetos da etnografia e da arqueologia simultaneamente: *vasos, tipitis, tecidos, fumo, cachimbos, tangas, braceletes, brincos, pentes, brinquedos, fusos, corda, colares, colheres, peneiras, abanos, redes, esteiras* e muitos outros artefatos²². Por fim, temos a antropologia que ocupou uma única sala, denominada Lund, onde havia crânios, calotas cranianas, esqueletos, bacias, frontais, enfim, remanescentes humanos integrais ou fragmentados. É esta sala que aqui nos interessa mais de perto.

A SALA LUND E A EXIBIÇÃO DE REMANESCENTES HUMANOS

A Sala Lund²³ reuniu 112 itens²⁴, de acordo com o Guia da Exposição. Contudo, o número de remanescentes humanos foi superior a este, pois para cada número foi atribuída uma ou várias unidades de material osteológico. Já a quantidade de indivíduos cujos remanescentes estavam em exibição é inferior aos 112 porque encontramos numeração distinta para crânio e ossos de uma mesma pessoa. De todo modo, podemos deduzir, a partir da quantificação dos crânios, que remanescentes de 93 indivíduos de diferentes tempos e lugares foram exibidos na Exposição Antropológica Brasileira de 1882.

No *Guia da Exposição*, a categoria crânio foi utilizada para descrever 87 itens, dos quais 13 são acompanhados dos termos *deteriorado* ou *fragmentado*. Se considerarmos também a categoria *esqueleto*, entendendo que o termo inclui membros, tronco e cabeça, e *múmia* o número de indivíduos exibidos então aumenta de 87 para 93. Encontramos no Guia cinco registros de *esqueletos* e um de *múmia*, sem indicação de *deterioração* ou *fragmentação*. Assim, dentre os 93 indivíduos remanescentes, foram exibidos crânios de 58 e estruturas esqueléticas completas (crânios e ossos) de 35. Se excluirmos os 13 itens *deteriorados* ou *fragmentados*, chegamos ao total de 80 *crânios* bem conservados e inteiros. Os demais remanescentes que constam no Guia são descritos como *calota, frontal, mandíbula, maxilar, bacia e ossos*. Juntos, eles somam 19 itens que, adicionados aos 93 registrados como *crânio, crânio e ossos, múmia e esqueleto*, totalizam os 112 itens distribuídos na Sala Lund.

Quanto à procedência dos *crânios*, 45 deles foram obtidos em *caverna, sambaqui e gruta*, categorias que vêm acompanhadas dos termos *procedente de, encontrado em e retirado de*, o que nos permite antever que se tratavam de remanescentes de caráter arqueológico cuja “descoberta” pode não ter envolvido ações de violência. *Fóssil* e *metalizado* adjetivam algumas das descrições. Tais remanescentes são oriundos das províncias do Pará, *Guiana*

²² Guia da Exposição Antropológica. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

²³ Peter Wilhelm Lund (1801-1880) foi um naturalista dinamarquês que, no Brasil, realizou importantes escavações em Lagoa Santa, Minas Gerais, tendo ali encontrado fósseis humanos que atribuiu ao homem de Lagoa Santa – tipo pré-histórico que ali teria vivido há mais de 10 mil anos.

²⁴ Consideramos apenas os remanescentes humanos. Na sala Lund também foram exibidas fotografias de botocudos e diplomas obtidos por João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto no Congresso Antropológico realizado durante a Exposição Universal de 1878 em Paris.

Brasileira (atual Amapá), Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; alguns são genericamente atribuídos a indígenas.

Outros 37 crânios, diferentemente, foram obtidos, subentende-se, em tempos recentes. Isso fica evidente porque no registro destes, além de não haver a menção à *gruta*, *caverna* e *sambaqui*, está explícito o grupo indígena a que pertenciam, todos contemporâneos à publicação do *Guia*. Para parte deles, há informações parciais relativas ao indivíduo, como o nome, o local onde vivia, a data e causa da morte. A obtenção destes remanescentes decorreu possivelmente da violação de túmulos ou da dissecação de pessoas vitimadas em conflito. Esse é o caso, por exemplo, do *crânio* de nº 111, cujo remanescente era de um Xavante “morto por ocasião do assalto da Fazenda do Jaguareté em 1876” ou ainda o crânio de um Guarani, nº 110, “falecido de varíola em 1876”²⁵. Surpreende que 22 dos crânios – mais da metade, portanto – sejam de *botocudos*²⁶. Os demais pertenciam aos Amanajé (1), Turiuára (7), Puri (1), Guarani (1), Xavante (1), Tembê (3) e indígena do Xingu (1). Este conjunto de remanescentes procedia das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e do Rio Xingu.

Temos ainda 11 *crânios* de indivíduos Araucanios (2), *Aymaras* da Bolívia (2), do Peru (2), do Amazonas (2), do Rio de Janeiro (2) e de Alagoas (1). Sobre estes não há maiores informações, apenas que eram “deformados artificialmente” ou tinham “deformação occipital”, no caso dos estrangeiros; que foram “encontrados em urna funerária” ou “de indígena”, no caso dos nacionais.

O Museu Nacional foi o *expositor*²⁷ da maioria expressiva dos crânios: 82 deles estavam sob sua guarda. Os demais eram propriedade dos seguintes expositores: imperador Pedro II (1), Joaquim Monteiro Caminhoá (2), Miranda Azevedo (1), Museu Alagoano (1), Museu Paranaense (2), Duarte Paranhos Schutel (4). Destes, apenas a coleção dos dois últimos colecionadores não era arqueológica. Aqui, especialmente, trataremos da coleção do médico Duarte Paranhos Schutel, que consistia em um *crânio de um cacique* e em três *esqueletos*, sendo dois de criança do sexo *masculino* e um de uma *velha*²⁸, todos botocudos da província de Santa Catarina.

OCASO DE JOÃO BRUSQUE E DJAL MASCHUTEL: RAPTO, APRESAMENTO, MORTE E MUSEALIZAÇÃO DE DOIS MENINOS XOKLENG

As informações que levantamos sobre a coleção de Duarte Paranhos Schutel foram obtidas em uma publicação de 1875, de sua autoria, intitulada Breve notícia sobre três esqueletos de indígenas *brasilienses* da província de Santa Catarina. Ali está o registro minucioso da captura e morte da senhora e dos dois meninos botocudos. A narrativa que envolve a coleção do médico é caracterizada de extrema violência, marcadamente pelo extermínio de indígenas e objetificação de seus corpos a fim de servirem como “peças” de análise da antropologia física em desenvolvimento na época.

²⁵ Guia da Exposição Antropológica, op. cit, p. 45.

²⁶ Termo pejorativo inventado pelos colonizadores para designar populações de diversas filiações linguísticas não Tupi localizados especialmente na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e que usavam como ornato os botoques - discos de madeira – labial e auricular. Eram acusados de serem praticantes da antropofagia e inimigos da civilização e tidos como representantes da raça mais primitiva do Brasil.

²⁷ No Guia da Exposição encontramos o total de trinta e dois expositores, entre colecionadores particulares e instituições que enviaram coleções para o Museu Nacional.

²⁸ Sala Lund, n. 40, 69, 70 e 71, respectivamente. Guia da Exposição Antropológica, op. cit, p. 41-43.

Disse Duarte Paranhos Schutel que em 1861 um grupo de índios *bugre* havia saqueado ferramentas e alimentos do engenho localizado próximo ao Rio Braço, afluente do Rio Tijucas, localizado na província de Santa Catarina. O engenho se tratava da Colônia Nova Itália, depois denominada Colônia D. Afonso – atual cidade de Nova Trento – e era propriedade de seu pai, o suíço e também médico Henrique Schutel e do italiano Carlos Demaria. Juntos, eles criaram a empresa Demaria & Schutel, empreendimento colonial destinado a imigrantes italianos o qual, ao longo do tempo, teve de conviver com “os desentendimentos entre os empresários e os colonos, falta de meio-de-comunicação para comercialização de seus produtos, acrescida pelos problemas de enchentes e do ataque de indígenas”²⁹.

Certamente, o “ataque de indígenas” derivava da entrega de suas terras, tornadas devolutas pelo governo, aos imigrantes europeus. A Colônia Nova Itália foi fundada em 1836, bem antes da política de incentivo à imigração implementada pelo Estado brasileiro na segunda metade do século XIX. Segundo Seyferth, o pressuposto racista como motivação para atrair europeus para o Brasil foi construído a partir de 1850, mas já em 1818 a “questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas (...). Desde então, a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação das terras devolutas”³⁰. Os núcleos coloniais nesse tempo, diz a antropóloga, eram estabelecidos distantes das grandes propriedades escravistas com o fim de povoar terras consideradas inabitadas e vazias.

Ali, a relação entre indígenas e imigrantes não foi pacífica, contrariando o suposto vazio demográfico existente nas áreas de floresta das províncias do sul. A historiadora Soraia Sales Dornelles apontou diversas formas de violência praticadas entre indígenas e colonos na disputa por territórios colonizados. O surgimento da figura do *bugreiro* é um bom exemplo disso. Tratava-se de um profissional especializado na matança de índios; uma profissão reconhecida pela comunidade e remunerada por ela. As tropas possuíam uma organização própria, que através de verdadeiras expedições de guerra, empenhavam-se também na pilhagem e apresamento de crianças e mulheres³¹.

O *bugre* era um termo pejorativo atribuído aos índios tidos como selvagens e que, diferentemente dos mansos, lutavam contra a presença dos não índios em terras do Sul. Na região onde estava localizada a colônia administrada pela família Schutel, viviam os Xokleng, grupo Jê que no século XIX era também designado como botocudo³². Sobre o episódio relatado por Duarte P. Schutel em 1861, disse ele que, em resposta ao ataque indígena à propriedade do seu pai, o presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, enviou um grupo de soldados para capturar os transgressores. O médico descreveu então a incursão dos soldados sobre o que seria um rancho de índios armados localizado em terras próximas ao engenho saqueado:

Então não querendo o tenente que se apercebessem dele, retirou-se com sua gente pernoitando próximo [ao rancho] debaixo de toda a

²⁹ PIAZZA, Walter F. Migrações e **Movimentos Migratórios em Santa Catarina**. In: Eurípedes Simões de Paula (org.). Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História da ANPUH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969, p. 443.

³⁰ SEYFERTH, Giralda. **Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil**. Anais do 25º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Hotel Glória, 2001, p. 1..

³¹ DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

³²Ibid., p. 10.

³³ Duarte Paranhos Schutel. Breve notícia sobre três esqueletos brasileiros da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tipografia Moreira, Maximino, 1875, p. 2.

cautela, esperando cercar e atacar os Bugres ao romper do dia. Com efeito, amanhecendo, ao primeiro albor, caíram de improviso sobre eles e os surpreenderam, tomando-os de súbito e destruindo-os com uma descarga de fuzilaria, de pólvora seca, como para assustá-los. Tendo fugido a maior parte, e, mortos alguns em o combate que se travou por sua resistência quando se procedeu à busca do campo de que os soldados ficaram senhores, foram capturados uma velha e mais dois meninos; durante a ação, em um dos ranchos estava recostada na sua rede de cipó uma linda selvagem com uma criança no peito: esta lhe foi arrancada do colo pelos soldados, fugindo a pobre mãe, ou sucumbindo, quem sabe, no destroço da luta³³.

A senhora e os dois meninos capturados, bem como o bebê roubado de sua mãe, foram levados pela escolta de soldados à capital e, no palácio do governo, foram distribuídos entre: o tenente que comandou a operação, que pediu para “criar” o bebê em sua casa; o proprietário do engenho, Henrique Schutel, que pediu para “educar” um dos bugres; o presidente da província, Francisco Brusque, que tomou o outro bugre para si. Os dois meninos foram depois batizados de João Brusque e Djalma Schutel. A “velha” ficou sob os cuidados do presidente da província.

A prática de “adotar” crianças indígenas era comum naquele tempo e não ficou restrita à província de Santa Catarina. No Mato Grosso, crianças indígenas órfãs, do mesmo modo, foram adotadas por famílias de alta posição social. João Pacheco de Oliveira trata da condição orfanológica para o exercício da tutela ao analisar o caso do menino Bororo de nome Guido, adotado em 1888 por Maria do Carmo de Mello Rego, esposa do presidente da província do Mato Grosso. Em seu diário, escrito após a morte de Guido, ocorrida em 1892 por causas naturais, e publicado em 1895, Maria do Carmo expressa afetivamente a experiência da adoção e descreve como obteve Guido, que a ela foi entregue pelas mãos de outro índio Bororo de quem era madrinha. Em publicação posterior, na revista Arquivos do Museu Nacional de 1899, ela relata situações de aprisionamento e venda de crianças indígenas no Mato Grosso. Para Oliveira, fica evidente que ali elas “eram recolhidas por brancos para, em uma replicação de um vínculo de escravidão, vir a transformar-se em mão-de-obra totalmente passiva e dependente”³⁴.

O grupo capturado em Santa Catarina tinha laços familiares. Segundo Duarte Paranhos Schutel, a senhora seria a avó materna de Djalma Schutel e do bebê levado pelo tenente, ambos filhos do cacique. Sobre o bebê o autor do relato nada comenta, mas sobre a senhora e os dois meninos adotados, João e Djalma, ele fez uma descrição detalhada. Escreveu ele que a senhora e João Brusque estavam adoecidos e que Francisco Carlos de Araújo Brusque cuidou tão logo de enviá-los à casa do Dr. Henrique Schutel, a fim de que recebessem os devidos cuidados médicos.

Conta que, primeiro, lá chegou a velha selvagem que, ardendo em febre, “desmaiou em síncope, voltando a si com inalações de éter, fricções secas, etc”³⁵. Recuperada, ela teria tentado à noite matar Djalma Schutel, o menino adotado por Henrique Schutel, como forma de livrá-lo da escravidão que o esperava.

Efeito terrível daquele estado de completa barbaria, em que vivem

³⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 90.

³⁵ DUARTE, op. cit., p. 3.

esses desgraçados, que se os faz procurar na morte remédio pronto à menor contrariedade que os assalta. E não vale pensar que levada pelo amor extremo à liberdade selvática de sua vida, quisesse isentar aquela criança da escravidão que ela antevia (...)”³⁶.

A mulher indígena veio a falecer em decorrência, segundo Duarte Paranhos Schutel, do agravamento da febre. O seu enterro foi providenciado por Henrique Schutel, que a sepultou no cemitério público, em um “lugar especial e designado”³⁷. Depois disso, chegou à casa de Henrique Schutel o menino João Brusque. Ele e Djalma, o menino “adotado” por Henrique Schutel, apresentavam igualmente estado febril e ambos faleceram dias depois. Em seguida, Duarte Paranhos Schutel segue descrevendo detalhadamente as características físicas e comportamentais dos três indígenas. O relato então acaba.

Sete anos após a publicação do relato, que é de 1875, e vinte anos após a ocorrência do episódio, datado de 1861, aparece registrado no *Guia da Exposição Antropológica o esqueleto* de duas crianças do sexo masculino e de uma *velha* como pertencentes à coleção do Dr. Paranhos Schutel e exibidos na Exposição³⁸. Nesse ínterim, não encontramos nenhum registro a respeito da exumação de seus corpos. No *Guia*, eles são atribuídos aos botocudos de Santa Catarina. Possivelmente, o uso do termo botocudo e não *bugre* tenha sido motivada pela própria publicação do médico que, ao descrever os indígenas capturados, disse que “tinham o lábio furado e nele traziam posto um pedacinho de madeira de sua natureza muito dura (...) e o qual pau eles só tiravam quando lavavam a boca”³⁹.

Chama-nos a atenção o fato de que a designação de um “lugar especial” no cemitério público da província para o enterro da senhora indígena, lugar este que acreditamos ter sido também extensivo às crianças, não tenha sido uma ação gratuita e generosa de Henrique Schutel. Sabemos que a aquisição de remanescentes humanos por naturalistas não era facilmente realizada. Eram necessários informantes indígenas e ações meticulosas para que o acesso aos túmulos fosse bem sucedido pelos coletores desse tipo de material. O filho de Henrique Schutel se formava em medicina naquele ano de 1861, o mesmo ano do trágico fim dos três indígenas. Então, demarcar bem o local de sepultamento de pessoas cuja estrutura óssea servia às indagações dos homens de ciência pareceu bastante conveniente para o pai do jovem médico.

Ademais, parecia bastante adequado se aproveitar dos ataques a indígenas para se obter corpos a serem usados com finalidade científica. Na mesma publicação de 1875, Duarte Paranhos Schutel ainda registrou a existência do “crânio de um inteligente e valente cacique, morto depois de renhido combate no Distrito de Camboriú, na Província de Santa Catarina”⁴⁰, certamente o mesmo *crânio* de *cacique* do qual ele foi *expositor* na Exposição Antropológica, o que mais uma vez evidencia o proveito tirado do extermínio dessas populações em ações militares por homens de ciência do século XIX.

³⁶ DUARTE, op. cit., p. 4.

³⁷ Ibid., p. 4.

³⁸ Os remanescentes de João, Djalma e de sua avó estavam registrados no Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional do Rio de Janeiro sob os números 116, 121 e 123, ali constando como “oferta” do Dr. Duarte Paranhos Schutel, e seguiam guardados na reserva técnica do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional, lamentavelmente atingida pelo incêndio de 2 de setembro de 2018.

³⁹ DUARTE, op. cit., p. 7.

⁴⁰ Ibid., p. 10.

set 2019
vol. especial, nº 1
Ventilando Acervos
Florianópolis

⁴¹ REDMAN, Samuel. **Bone Rooms. From Scientific Racism to Human Prehistory.** Cambridge: Harvard University Press, 2016.

⁴² Ibid.

⁴³ ROQUE, Ricardo. **Headhunting and Colonialism. Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930.** UK: Cambridge University Press, 2010.

⁴⁴ FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto.** Petrópolis: Vozes, 2013.

⁴⁵ HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016, p. 213.

⁴⁶ QURESHI, Sadiya. **Displaying Sara Baartman, the Hottentot Venus.** *History of Science*, 2004, 42, p. 233-257.

⁴⁷ Os restos mortais de Sartjie Baartman foram enviados para o Museu do Homem de Paris em 1937 e, em 2002, sob intervenção de Nelson Mandela, foram repatriados e sepultados na África do Sul.

⁴⁸ HALL, op. cit.

⁴⁹ MONTECHIARE, Renata. Colecionamento, patrimonialização e exibição de corpos humanos em museus – perspectivas contemporâneas. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.

O aproveitamento de corpos de pessoas mortas em campos de batalha para estudos científicos foi uma prática comum ao longo do século XIX, não restrita ao Brasil. Nos Estados Unidos, a guerra em Dakota no ano de 1862 gerou material remanescente de indígenas Sioux que foi encaminhado primeiro para o Museu Médico do Exército, em Washington, e depois para o Smithsonian, que veio a se tornar a instituição com a maior coleção de remanescentes humanos nos Estados Unidos⁴¹. A Guerra Civil norte-americana, do mesmo modo, vitimou pessoas que tiveram seus corpos, ou parte deles, colecionados e transformados em artefato da anatomia comparada e da craniometria nas denominadas “salas de ossos”, espaço específico dos museus destinado ao estudo das “peças anatômicas” e à classificação das raças humanas⁴².

No Timor, o governo colonial português, aproveitando-se da prática ritual de decapitação, remetia aos museus lusitanos cabeças de timorenses obtidos em guerras coloniais, num circuito que teve Macau como ponto intermediário. Da Guerra de Laleia (1878-1881), por exemplo, procederam 35 crânios com destino ao Museu de Coimbra, em cuja documentação museal ficou ausente a violência colonial que marcou a trajetória desses “objetos”⁴³.

O valor científico atribuído a tais corpos residia no caráter exótico do qual o indivíduo era portador aos olhos dos cientistas. O corpo esquadrinhado, escrutinado e colecionado era, portanto, o corpo do outro, rebaixado pela afirmação da diferença como distância⁴⁴ e como forma patológica de alteridade⁴⁵. Esse é o caso de Saartjie Baartman, mulher Khoisan (povo do sudoeste da África) que em vida foi exibida em espetáculos de circo na Inglaterra e na França e, depois de sua morte em 1815, teve seu corpo modelado e dissecado por naturalistas franceses⁴⁶. Da dissecação, conduziram o esqueleto, o cérebro e a genitália para exibição no Museu de História Natural de Paris⁴⁷. Saartjie, que na Europa ficou conhecida como a Vênus Hotentote, apresentava hipertrofia do quadril, das nádegas e dos lábios vaginais. A singularidade do seu corpo estava fora do sistema classificatório etnocêntrico aplicado às mulheres e, por isso, ela não existia como pessoa⁴⁸.

Outro personagem que teve seu corpo objetificado e exibido em museu foi Agustín Luengo Capilla (1849-1875), natural da província de Badajoz, Espanha. Ele apresentava acromegalia e, com 2,35m de altura, ficou conhecido como o “gigante”. Agustín trabalhou em circo e teria negociado o seu próprio corpo com o Dr. Velasco, o fundador do Museu Nacional de Antropologia de Madri, onde seu esqueleto ficou exposto. Ali, a visualidade tornou a condição humana de Agustín ambígua, ora sendo apreciado como peça de museu e evidência científica, ora sendo percebido como pessoa morta através da narrativa sobre sua vida⁴⁹.

Ao adentrarem no Museu, os remanescentes humanos mudam de estatuto e tornam-se objetos de ciência. Passam a servir como índice nas análises da medicina e da antropologia que, nos oitocentos, estavam voltadas para as classificações e hierarquizações das sociedades humanas em conformidade com o paradigma evolucionista. A anatomia comparada e a craniometria compunham a episteme que

hierarquizava as diferenças raciais. No caso específico dos ossos, eles serviam como índice de mensuração e comparação das raças. Na primeira metade do século XIX, a craniometria seguia parâmetros diversos de medição. Samuel George Morton, por exemplo, preenchia a cavidade craniana com sementes de mostarda e, em sequência, as despejava em um cilindro que indicava o volume do cérebro em polegadas cúbicas. Posteriormente, em vez de sementes, que eram leves e apresentavam variações de tamanho, Morton passou a utilizar partículas de chumbo, as quais garantiam resultados uniformes na medição⁵⁰.

Já na segunda metade do século XIX, a Sociedade de Antropologia de Paris criou instrumentos de medição e publicou instruções que orientavam e padronizavam a prática da craniometria, inventando, por exemplo, o índice cefálico, com o qual o crânio passou a ser mensurado através do cálculo da proporção entre largura e comprimento. A aplicação do índice cefálico permitiu classificar os crânios em dolicocefalos (crânios longos) e brancicefalos (crânios curtos) e estabelecer hierarquias entre eles⁵¹. Daí por diante as pesquisas craniológicas se universalizariam e ficariam subordinadas ao modelo da escola francesa⁵².

O papel dos médicos no colecionamento de ossos foi preponderante. Na Exposição Antropológica Brasileira, a grande maioria dos colecionadores de crânios e esqueletos era formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Criada em 1832 – embora o início dos estudos médico-cirúrgicos no Brasil date de 1808 –, a Faculdade se alinhava à medicina francesa que, naquele tempo, era transformada pelo que Michel Foucault (1980) denominou de “o nascimento da clínica”, marco epistemológico do surgimento da medicina moderna, modelo que perdurou no Brasil até o final da década de 1870, quando então a medicina experimental começava a ser discutida no país⁵³. Foi, portanto, com a formação na medicina clínica que os médicos colecionadores fundaram a antropologia física no Brasil.

Os primeiros estudos antropológicos seguiram uma orientação anatomista, inspirada igualmente no modelo francês. Se os médicos, de acordo com o paradigma da medicina clínica, buscavam nos corpos vivos ou mortos dos indivíduos o diagnóstico das doenças, observando-os e descrevendo-os detalhadamente, no exercício da antropologia eles se serviram do material humano remanescente para compreender a evolução humana, buscando informações que lhes permitissem classificar e hierarquizar os povos. Partia-se do pressuposto de que as características como capacidade craniana, peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais poderiam informar sobre aspectos morais e intelectuais dos indivíduos e, em uma dimensão mais ampla, as possibilidades de aprimoramento das sociedades humanas⁵⁴.

João Batista de Lacerda, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e subdiretor do Laboratório de Fisiologia e da *1ª Seção de Antropologia, Zoologia e Anatomia* do Museu Nacional, dedicava-se aos estudos antropológicos na instituição desde meados da década de 1870⁵⁵. Em carta publicada no ano de 1882 na *Revue d’Ethnographie*⁵⁶, disse ele que o Museu tinha

⁵⁰ GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 42.

⁵¹ *Ibid.*, p. 93.

⁵² CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 1. Espaço circunscrito: tempos soltos*. Niterói: EDUFF, 1998, p. 278.

⁵³ FERREIRA, FONSECA E EDLER, 2001, p. 68.

⁵⁴ SÁ, Guilherme J. S, SANTOS, Ricardo V, CARVALHO, Cláudia R., SILVA, Elizabeth C. **Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do XX**. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

⁵⁵ Data de 1876 sua primeira publicação relativo ao tema, em coautoria com José Rodrigues Peixoto. Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil foi publicado em língua portuguesa no volume de inauguração da revista *Arquivos do Museu Nacional*, cuja tiragem foi superior a três mil exemplares e a circulação, nacional e internacional (AGOSTINHO, 2014).

⁵⁶ A *Revue d’Ethnographie* foi criada em 1882 por Ernest Hamy, fundador do Museu de Etnografia do Trocadéro (1878), sucessor de Armand de Quatrefages na cadeira de antropologia do Museu de História Natural de Paris e fundador da Sociedade de Americanistas de Paris (1895).

⁵⁷ Correspondência de João Batista de Lacerda. *Revue d'Ethnographie*. Paris, 1882, Tomo 1, p. 542.

⁵⁸ FABIAN, op. cit.

“duas centenas de autênticos crânios brasileiros, provenientes de tribos diversas. (...) Se os materiais continuarem a vir em abundância, é possível que em breve seremos capazes de começar o *Crania brasiliensia*”⁵⁷. O projeto colecionista de Lacerda era certamente inspirado na obra *Crania Americana*, do já citado Samuel George Morton.

O médico e naturalista norte-americano Samuel G. Morton (1799-1851) formou uma coleção de mais de mil crânios humanos, talvez a maior do mundo. Para obtê-los, Morton e sua rede de coletores se valeram das guerras nacionais, da violação de sepulturas e do ambiente médico-hospitalar. Morton era poligenista e entendia que os caucasianos eram intelectualmente superiores porque apresentavam crânios mais largos. Seus estudos craniológicos resultaram na *Crania Americana*, publicação ricamente ilustrada onde o autor discorreu sobre as diferenças naturais das raças humanas – o que serviu de fundamento para o racismo científico e de argumento para a defesa da escravidão nos Estados Unidos⁵⁸.

Mas, se a Lacerda interessava o colecionamento de um grande número de *crânios*, o mesmo não se pode dizer do seu registro imagético. Das fotografias da Exposição Antropológica Brasileira feitas por Marc Ferrez, curiosamente não há a imagem da Sala Lund. Ou a respectiva fotografia se perdeu no decorrer do tempo, tomando uma trajetória diferente das demais fotos da Exposição – hoje conservadas na Biblioteca Nacional – ou o fotógrafo optou por não a fazer. Infelizmente não sabemos qual foi a reação dos observadores ao adentrarem na “sala de ossos” da Exposição. Até o momento não encontramos dados sobre a recepção do visitante. De todo modo, da parte dos editores dos jornais da época, a Sala Lund foi um sucesso. De acordo com o *Diário de Pernambuco*,

Esta sala é interessantíssima do ponto de vista científico; há ali matéria importante para o estudo frenológico e para ocupação dos espíritos indagadores. Aqueles crânios de indivíduos de raças diversas e diferentes lugares transportam o homem pensador a um mundo de considerações cuja profundidade só a Providência conhece (...). Todos esses objetos despertam viva impressão no animo do visitante (...). Os homens da ciência encontram na sala Lund um vasto campo para suas lucubrações, podendo por seus estudos e comparações entre os cérebros do selvagem e do homem civilizado chegar à verdade das doutrinas de Darwin⁵⁹.

⁵⁹ Diário de Pernambuco, n. 186, 1882, p. 1.

Nos museus, a exibição de remanescentes humanos – assim como das demais coleções etnográficas – promoveu o apagamento das condições de colecionamento. Em proveito do caráter exemplar, autêntico e científico conferido às peças, as coleções foram ordenadas em vitrines para encantamento do observador, provocando o que Oliveira chamou de anistia da violência ao se referir aos intelectuais que impuseram a invisibilidade etnográfica da tutela⁶⁰. Para Bennett, ao oferecer objetos à observação, os museus tornam o observador um partícipe da retórica do conhecimento. No caso dos museus do século XIX, o “olho do poder” permitiu a criação de um público nacional e confirmou a sua superioridade a partir do olhar sobre o outro radicalmente diferente, proveniente de um tempo e espaço distantes⁶¹.

Handler afirma que os museus têm o poder de objetificar, ou coisificar, pessoas e culturas na medida em que objetos, cujas qualidades são tomadas como inerentes e não como significados atribuídos, passam a representar populações e suas práticas sociais⁶².

⁶⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil: Outros Ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 16.

⁶¹ BENNETT, Tony. **The Birth of the Museum**. History, Theory and Politics. NY: Routledge, 1995.

⁶² HANDLER, Richard. **An anthropological definition of the Museum**. *Museum Anthropology*, 17, 1993.

A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: a Sala Lund e a Exibição de Remanescentes Huma-nos no Museu Nacional.

Anderson chamou a atenção para o fato de que museus, assim como mapas e censos, favorecem o controle e domínio dos Estados Nacionais sobre populações na medida em que definem regiões e povos. Ao arquitetar dados, a tríade alimenta imaginações acerca da comunidade nacional e cria uma rede classificatória flexível e aplicável a povos e regiões⁶³. Para nós, a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 é, portanto, um tema de estudo bom para pensar as ligações entre ciência, poder e alteridade nos espaços de representação.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

_____. **A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional**. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.

_____. **A Exibição Humana na Exposição Antropológica Brasileira de 1882: os indígenas do Brasil sob o olhar cientificista no Museu Nacional**. Anais do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Florianópolis, 2016.

ANDERSON, Benedict. **El censo, el mapa y el museo**. In: _____. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BENNETT, Tony. **The Birth of the Museum**. History, Theory and Politics. NY: Routledge, 1995.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2014.

CASTRO FARIA, Luiz de. **Antropologia: escritos exumados 1**. Espaço circunscrito: tempos soltos. Niterói: EDUFF, 1998.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Uma História dos Fazeres Museais no Brasil entre a Segunda Metade do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX**. Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DUARTE, Abelardo. **Ladislau Netto (1838-1894)**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

FABIAN, Ann. **The Skull collectors**. Race, science and america's unburied dead. USA: University of Chicago Press, 2010.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Cadernos Mapa – Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HANDLER, Richard. **An anthropological definition of the Museum**. *Museum Anthropology*, 17, 1993.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no Século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

⁶³ ANDERSON, Benedict. **El censo, el mapa y el museo**. In: _____. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

- _____. **A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX.** Revista Brasileira de História, v. 21, n. 41, 2001.
- MONTECHIARE, Renata. **Colecionamento, patrimonialização e exibição de corpos humanos em museus – perspectivas contemporâneas.** Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- _____. **O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI.** Tempo, v. 12, n. 23, jul-dez. 2007.
- PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. Dois reis neozelandeses: notas sobre objetificação museal, remanescentes humanos e formação do Império (Brasil-Mares do Sul, século XIX). In: João Pacheco de Oliveira e Rita de Cassia Melo (orgs.). De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: EdUFPB, 2019.
- PIAZZA, Walter F. **Migrações e Movimentos Migratórios em Santa Catarina.** In: Eurípedes Simões de Paula (org.). Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História da ANPUH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.
- QURESHI, Sadiah. **Displaying Sara Baartman, the Hottentot Venus.** History of Science, 2004, 42, p. 233-257.
- REDMAN, Samuel. **Bone Rooms. From Scientific Racism to Human Prehistory.** Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- RIZZINI, Irma e GONDRA, José Gonçalves. **Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899).** Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58, 2014.
- ROQUE, Ricardo. **Headhunting and Colonialism. Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930.** UK: Cambridge University Press, 2010.
- SÁ, Guilherme J. S., SANTOS, Ricardo V., CARVALHO, Claudia R., SILVA, Elizabeth C. **Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropológicos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do XX.** In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. **Raça como Questão: história, ciência e identidades no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Um naturalista e seus múltiplos: colecionismo, projeto austríaco na América e as viagens de Johann Natterer no Brasil (1817-1835).** Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2016.
- SEYFERTH, Giralda. **Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil.** Anais do 25º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Hotel Glória, 2001.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Trocando Galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812.** Afro-Asia, 49, 2014, p. 229-271.
- SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar, civilizar no asilo dos meninos desvalidos, 1875-1894: caminhos possíveis.** Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- STOCKING JR, George. **Essays on Museums and Material Culture.** In: _____. Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture. USA: The University of Wisconsin Press, 1985.
- VELOSO JR, Crenivaldo Regis. **Os Curiosos da Natureza: Freire-Allemano e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.